

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 453.594 - RJ (2013/0415202-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
AGRAVANTE : DANIEL SANTOS BENITEZ LOPEZ
ADVOGADO : ZOSER PLATA BONDIM HARDMAN DE ARAUJO - RJ142478
AGRAVANTE : CHARLES DE AZEVEDO TAVARES
ADVOGADO : ALZIRA DE CASTRO GARCIA DIAS - RJ021572
AGRAVANTE : ALEX RIBEIRO PEREIRA
ADVOGADO : ARIDIO CABRAL DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ011464
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por DANIEL SANTOS BENITEZ LOPES contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que inadmitiu recurso especial interposto com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional.

Consta dos autos que o agravante foi, em primeiro grau de jurisdição, pronunciado pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 13, §2º, "a", e 347, parágrafo único, na forma do 29, todos do Código Penal (e-STJ fl. 1.034).

Irresignado, interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal de origem negou provimento em acórdão assim ementado (Desembargadora Suely Lopes Magalhães, e-STJ fl. 1.322):

Recurso em sentido estrito. Homicídio qualificado e fraude processual. Sentença de pronúncia. Sustentam os recorrentes nulidade do feito em razão do desmembramento, que ensejou cerceamento de defesa; incompetência absoluta do juízo em razão da matéria; inépcia da exordial, por não haver descrito de modo circunstanciado, os fatos praticados por um dos acusados (Alex); da sentença de pronúncia, por haver o magistrado realizado aprofundada valoração dos elementos carreados, valendo-se de excesso de linguagem, afastamento das qualificadoras concernentes a motivação fútil e recurso que dificultou a defesa da vítima, por entender não configuradas. No mérito sustentam a ausência de elementos hábeis a justificar a instrução. Preliminares rejeitadas. A questão atinente à invalidade da denúncia, preclui com a prolação da pronúncia, ademais, não se exige que esta descreva de modo minudente a conduta de cada imputado, apenas que a imputação seja clara o suficiente para o exercício da defesa, nos termos do artigo 41 do CPP. O mero desmembramento por si só não

vulnera a ampla defesa, consignando-se que competia aos patronos oportunamente haverem se insurgido, no caso de possível lesão, ou a haverem demonstrado de modo concreto. Considerando-se que a pronúncia é mero juízo de admissibilidade da imputação, não formulando qualquer juízo de certeza, entende-se ausente o prejuízo apontado. Os diplomas castrenses de ritos e de direito, são claros ao excepcionar o Júri, crimes dolosos contra a vida, em tempo de paz, como não albergados sob sua égide, sendo o juízo competente para o julgamento e processamento do feito, ainda que os acusados sejam militares. Em que pese a ampla justificativa do ato, não se infere qualquer juízo valorativo sobre a culpabilidade na decisão alvejada, que deveria, como corretamente o fez, justificar a não adoção das outras possibilidades. Como bem destacado pelo sentenciante, na decisão guerreada, cabe ao Júri apreciar o fato, em sua totalidade, aqui abarcada a possibilidade ou não da incidência das qualificadoras, que só poderiam ter sido excluídas da pronúncia caso ainda no juízo preliminar realizado, se mostrassem teratológicas. A questão do substrato probatório, tem como óbice para sua apreciação o fato do juízo natural ainda não haver se manifestado sobre a prova coligida, e neste sentido, como cediço, demonstrada a materialidade delitiva e a mera possibilidade de plausibilidade da imputação impunha-se a pronúncia dos acusados. Recursos rejeitados.

Foram opostos embargos de declaração pelo ora agravante, os quais foram rejeitados nos seguintes termos (e-STJ fl. 1.343):

Embargos de declaração. Homicídio Qualificado e fraude processual. Sentença de pronúncia. Recurso em sentido estrito. Confirmação. Embargos opostos ao argumento de existência de omissões no julgado, a saber: (Daniel) que os jurados não deveriam se manifestar sobre a imputação atribuída a este embargante, omissão de socorro e impedido os familiares que o socorressem, e que por ser questão jurídica, não caberia a apreciação pelo Conselho de Sentença, e tampouco as qualificadoras, que deveriam ser dirigidas aquele que efetivamente disparou a arma, além de não haver se pronunciado acerca dos itens II, III, IV e V do recurso. O segundo embargante sustenta que o Acórdão deixou de se pronunciar sobre matéria de direito, em razão de haver demonstrado existir nos autos apenas mera presunções. Por fim o terceiro (Alex) sustenta igualmente omissão por não haver considerado o contido no artigo 13, § 2º do CPP, acerca da relevância da omissão. No que pertine as aludidas omissões apontadas por Daniel cumpre-me inicialmente afastar o erro silogístico. São as situações fáticas que ensejam ao direito, e neste cotejo, cabe sim aos jurados apreciar acerca da imputação realizada, por ter o seu atuar convergido com a vontade do ‘culpado’, como sustenta, competindo a estes a depreensão se o seu atuar foi ou não neste sentido. Ademais, mesmo as qualificadoras devem ser apreciadas, consignando-se que a exordial faz expressa menção da mesma, neste sentido, ainda que Daniel não

tenha cometido delito conexo, a apreciação deverá ser feita pelo Júri, não devendo o juiz da pronúncia se manifestar a tal respeito. Cumpre destacar a parte final da EMENTA: “A questão do substrato probatório, tem como óbice para sua apreciação o fato do juízo natural ainda não haver se manifestado sobre a prova coligida, e neste sentido, como cediço, demonstrada a materialidade delitiva e a mera possibilidade de plausibilidade da imputação impunha-se a pronúncia dos acusados.” Repise-se, a pronúncia é mero juízo de probabilidade e não de certeza, não devendo o juízo manifestar-se, neste momento – ressalvada a absolvição sumária, ou desclassificação, acerca de qualquer elemento meritório, e neste cotejo deve ser integrada com todas as possibilidades, ainda que mais gravosas aos acusados, competindo ao Conselho de Sentença consubstanciar a imputação a cada um dos acusados, ou absolvê-los. O direito é fruto dos fatos apreciados, e não o contrário, no rito do Júri apenas os jurados podem inicialmente apreciar o fato como um todo, devendo o juízo – bem como o colegiado – manifestar-se posteriormente a este entendimento. Ausentes às omissões apontadas. Embargos improvidos.

Daí o recurso especial (e-STJ fls. 1.401/1.428), no qual o recorrente alegou que o Tribunal de origem, no acórdão proferido, teria contrariado o disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, em razão de não ter apreciado as teses aventadas em embargos de declaração. Nesse contexto, sustentou, em síntese, a inexistência de indícios suficientes de autoria, ao argumento de que, por ser policial, não possuía o dever legal de prestar socorro médico, além de alegar ausência de participação em relação à prática de fraude processual, requerendo a despronúncia. Subsidiariamente, requereu a exclusão das qualificadoras.

Contrarrazões às e-STJ fls. 1.448/1.458.

Inadmitido o recurso na origem com suporte nas Súmulas n. 7 e 284, os autos subiram a este Tribunal Superior por força de agravo (e-STJ fls. 1.558/1.573).

O agravado manifestou-se pelo não conhecimento do recurso (e-STJ fls. 1.619/1.624).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

No rito do júri, a pronúncia encerra o juízo de admissibilidade da inicial

acusatória, dispondo o art. 413 do Código de Processo Penal que o juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

Nos termos do precedente jurisprudencial desta Corte, a pronúncia é o "reconhecimento de justa causa para a fase do júri, com a presença de prova da materialidade de crime doloso contra a vida e indícios de autoria" (AgInt no AREsp n. 784.102/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/5/2016, DJe de 6/6/2016).

Não se desconhece que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece que, nessa fase do procedimento escalonado do júri, vigora o brocardo *in dubio pro societate*. Todavia, "a incidência do postulado não afasta a necessidade de indícios mínimos de autoria para que haja a pronúncia" (AgInt no REsp n. 1.595.643/RS, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/6/2016, DJe de 30/6/2016).

O Tribunal de origem, ao examinar os recursos em sentido estrito do ora agravante e dos corréus, assim consignou (e-STJ fls. 1.325/1.327):

A denúncia, longe de ser concisa, descreve com precisão as imputações realizadas aos acusados, possibilitando a realização das defesas respectivas, amoldando-se ao preceituado pelo artigo 41 do diploma de ritos, como evidencia a douta Procuradora de Justiça:

“De igual maneira, descrevendo a denúncia um homicídio duplamente circunstanciado, identificando a pessoa da vítima, o *modus operandi*, as qualificadoras e a participação de cada réu neste evento criminosos, além de narrar a omissão de socorro àquela e a fraude processual, com suas circunstâncias, quando e onde os fatos se deram, a peça acusatória está apta a deflagrar a ação penal, permitindo o exercício do direito de defesa”

No que pertine ao ingresso no mérito da causa pela decisão de pronúncia, igual sorte socorre a pretensão ora deduzida.

Com efeito, apesar de conter a sentença cerca de 16 laudas, cumpre registrar, que o sentenciante esclarece em toda a redação, haver realizado mero juízo probabilístico acerca da plausibilidade da versão contida nos autos, deixando em diversas passagens claro que competirá aos jurados determinar a existência ou não de ilícito, consignando ainda, que deveria deixar bem claro a inviabilidade de, naquele momento deferir a absolvição sumária ou impronúncia aos acusados, como se confere:

“Assim, observa-se que o conjunto probatório não permite a absolvição sumária dos acusados nesta fase processual, com o reconhecimento, desde logo, da legítima defesa, na medida em que para tanto seria necessário que a tese defensiva tivesse exsurgido de forma insofismável, o que não ocorreu no presente processo.

Ademais, a alegação defensiva de que os réus não teriam obrigação legal de prestar socorro à vítima, igualmente deve ser sopesada pelo Júri, na medida em que a forma de participação que lhes é imputada no crime de homicídio, por terem se omitido em impedir o resultado morte, é matéria de mérito que pressupõe a análise pelo Juiz Natural e, portanto, também deve ser submetida à análise do Tribunal do Júri.

Finalmente, no que se refere à participação/autoria do crime conexo, também nessa hipótese impõe-se a submissão da matéria ao Juiz Natural, uma vez que a prova dos autos trouxe indícios suficientes da autoria/participação nesse crime para a decisão provisional”.

Como se observa, em todo alegado juízo valorativo, o sentenciante deixa claro que a certeza, só advirá na próxima etapa, com a avaliação dos jurados, não se observando qualquer ilegalidade neste pormenor, ou manifestação indevida.

Ressalta-se, que todas as decisões judiciais devem ser fundamentadas, sob pena de invalidação, e, neste cotejo, impunha-se maior detalhamento, com vistas a tornar hialina a necessidade da pronúncia, e não das outras medidas aos ora recorrentes.

[...]

No mérito, melhor sorte não socorre as pretensões ora deduzidas. Encontra-se defeso o colegiado de se manifestar acerca da prova deduzida, consignando-se, todavia, evidenciada a materialidade delitiva, e a existência de plausibilidade da imputação hábil a lastrear a sentença de pronúncia, que neste sentido, não merece quaisquer reparos.

Por tais razões, integrando neste voto, na forma regimental, o parecer da nobre Procuradora de Justiça, Dra. Fátima Maria Ferreira Melo, voto no sentido de rejeitar-se as preliminares apontadas, e no mérito, negar-se provimento aos recursos. (Grifei.)

No contexto, havendo elementos indiciários que subsidiem, com razoabilidade, as versões conflitantes acerca dos fatos imputados, a divergência deve ser solvida pelo Conselho de Sentença, evitando-se a indevida invasão da sua competência constitucional.

Ademais, o acolhimento da pretensão recursal para o fim de despronunciar o ora agravante demandaria amplo revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial nos termos da Súmula n. 7/STJ.

A propósito:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO. A ANÁLISE DO ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO COMPETE AO TRIBUNAL DO JÚRI. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A decisão interlocutória de pronúncia é um mero juízo de admissibilidade da acusação, não sendo exigido, nesse momento processual, prova incontroversa da autoria do delito - bastam a existência de indícios suficientes de que o réu seja seu autor e a certeza quanto à materialidade do crime.

2. Embora o art. 419 do Código de Processo Penal autorize que o juiz se convença da existência de crime diverso e possa desclassificar a conduta para outro delito, tal decisão somente poderá ser adotada ante a certeza de que a conduta praticada configura outro delito. Caso contrário, havendo dúvidas quanto à tese defensiva, caberá ao Tribunal do Júri dirimi-la.

3. No caso concreto, a narrativa dos fatos, tal qual reconhecida pelo Tribunal de origem, impede a análise do elemento subjetivo do tipo por juiz togado. O exame da desclassificação da conduta deverá ser realizado pela Corte Popular, juiz natural da causa, pois demandará minuciosa análise da conduta do réu, para concluir pela existência ou não do animus necandi.

4. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1.128.806/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 16/6/2015, DJe 26/6/2015, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. TESES DE LEGÍTIMA DEFESA E AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI. COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE DO TRIBUNAL DO JÚRI. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A decisão de pronúncia não revela juízo de mérito mas apenas de admissibilidade da acusação, direcionando o julgamento da causa para o Tribunal do Júri, órgão competente para julgar os crimes dolosos contra a vida. Para tanto, basta a demonstração da materialidade do fato e a existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, conforme disciplina o art. 413 do Código de Processo Penal.

2. Uma vez consignada pelas instâncias ordinárias a impossibilidade de verificação das teses de legítima defesa e

de ausência de animus necandi, a providência mais acertada é a manutenção do acórdão impugnado, de forma que seja tal questão avaliada pelo Tribunal do Júri, sob pena de usurpação de sua competência.

3. A análise das teses defensivas não prescinde de acurado revolvimento do acervo fático-probatório, vedado em sede de recurso especial, nos moldes da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1.126.998/GO, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 02/10/2017, grifei.)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. REEXAME DAS PROVAS. SÚMULA 7 DESTA CORTE SUPERIOR. QUALIFICADORA JUSTIFICADA. EXCLUSÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A pretendida despronúncia por inexistência de prova apta a justificá-la demanda o inevitável revolvimento das provas carreadas aos autos, o que encontra vedação no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

2. "As qualificadoras propostas na denúncia somente podem ser afastadas quando, de forma inequívoca, mostrarem-se absolutamente improcedentes. Caso contrário, havendo indícios da sua existência e incerteza sobre as circunstâncias fáticas, deve prevalecer o princípio in dubio pro societatis, cabendo ao Tribunal do Júri manifestar-se sobre a ocorrência ou não de tais circunstâncias" (HC 228.924/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 09/06/2015).

Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 954.425/RS, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 21/11/2016, grifei.)

Acerca da exclusão das qualificadoras, assim consignou a Corte de origem (e-STJ fls. 1.326/1.327):

Acerca das qualificadoras, que pretende uma das defesas ser afastada, entende-se lapidar a lição do magistrado, que, harmônico ao entendimento deste colegiado, aduz:

“No que se refere às qualificadoras descritas na denúncia, que se encontram capituladas nos incs. I e IV do § 2º do Art. 121 do CP, restaram igualmente indiciadas e não foram afastadas pelas provas dos autos, razão pela qual se impõe seu reconhecimento, eis que só poderiam ser afastadas pela sentença de pronúncia quando totalmente divorciadas do conjunto fático-probatório dos autos, sob pena de usurpar-se a competência do juiz natural.”

E neste sentido, apenas à guisa de esclarecimento, repisa-se, apenas os jurados poderiam manifestar-se sobre o tema. Caso a pronúncia não houvesse se manifestado em relação às possíveis qualificadoras, tratando-se de mero juízo de probabilidades, caberia então ao 'parquet', na existência, ou inexistência de fatos que os afastasse, recorrer da decisão guerreada, pois só o conselho de sentença, no procedimento do Júri pode manifestar-se sobre a situação fática existente.

Com efeito, o Tribunal de origem concluiu pela manutenção das qualificadoras, destacando que o entendimento do Juízo sumariante se coadunaria com o daquela Corte, qual seja, o de que a exclusão das qualificadoras só seria possível em caso de se mostrarem "totalmente divorciadas do conjunto fático-probatório dos autos".

Nesse contexto, verifica-se que a Corte local manteve as qualificadoras com supedâneo nos meios de provas coligidos, de modo que o acolhimento da pretensão recursal também esbarra na impossibilidade de reexame dos elementos fáticos probatórios constantes dos autos, em consonância com o previsto na Súmula n. 7 desta Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 121, § 2º, I, DO CP; 74, § 1º, 413, CAPUT, E 414, CAPUT, TODOS DO CPP. NÃO AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA. MOTIVO TORPE. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CONFIRMAÇÃO PELO TRIBUNAL A QUO. PLEITO DE INCLUSÃO DA QUALIFICADORA. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Ao contrário do que afirma o agravante, a questão veiculada no recurso especial envolve a análise do conteúdo fático-probatório, porquanto, para o Tribunal de origem, justifica-se a exclusão da qualificadora, pois, em conformidade com o quanto disposto na denúncia, a referida torpeza não chegou a ser reconhecida, notadamente pela consideração de que tal motivo, da forma como apresentado nos autos, não estaria caracterizado.

2. É firme o entendimento desta Corte de que a exclusão de qualificadoras da pronúncia, quando manifestamente improcedentes, não constitui usurpação da competência do Tribunal do Júri (AgRg no REsp n. 1.125.714/DF, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 3/11/2015)

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.630.374/RS, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016, grifei.)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. ELEMENTOS SUFICIENTES. REVISÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. QUALIFICADORA DO MOTIVO FÚTIL MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. EXCLUSÃO. POSSIBILIDADE. MODIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Concluindo o Tribunal de origem, fundamentadamente, pela existência de elementos suficientes para lastrear a pronúncia, a desconstituição das premissas fáticas por ele assentadas exigiria revolvimento fático-probatório, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

2. A exclusão das qualificadoras da pronúncia, quando manifestamente improcedentes, não constitui usurpação da competência do Tribunal do Júri.

3. O contexto em que perpetrado o delito, delimitado pelo Tribunal de origem, em meio a discussão no trânsito e provocações recíprocas, não pode ser considerado motivo fútil, conceito em que se incluem as condutas insignificantes, mesquinhas, ou desproporcionais entre o crime e sua causa moral.

4. A revisão do conjunto fático probatório assentado no acórdão para concluir de forma diversa, incluindo-se a qualificadora do motivo fútil, é vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

5. Agravos regimentais improvidos. (AgRg no REsp 1.022.496/DF, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 16/11/2015, grifei.)

No que tange à violação do art. 619 do CPP, ao argumento de falta de discussão pela Corte *a quo* dos pontos levantados em embargos de declaração, sintetizados na despronúncia e na exclusão das qualificadoras, verifico que o Tribunal de origem decidiu as pretensões de forma fundamentada.

É desnecessária, portanto, qualquer manifestação adicional a respeito dos temas, porque esgotadas as matérias debatidas. Ademais, decidindo a controvérsia de maneira fundamentada, o magistrado **não está obrigado a analisar todas as teses trazidas pela parte.**

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIOS DA ECONOMIA PROCESSUAL E DA FUNGIBILIDADE. CONTRARIEDADE AO ART. 619 DO CPP. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PLEITO DE REEXAME DE MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO ART. 23, I, DO DECRETO Nº 70.235/72. NULIDADE OCORRIDA NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL. MATÉRIA QUE DEVE SER ARGUIDA PELA DEFESA NA SEARA ADMINISTRATIVA. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AFRONTA AO ART. 1º, I, DA LEI Nº 8.137/90. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. ACLARATÓRIOS RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO. REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Em homenagem aos princípios da economia processual, da celeridade processual e da fungibilidade recursal, os embargos de declaração são recebidos como agravo regimental.

2. De acordo com o entendimento jurisprudencial remansoso neste Superior Tribunal de Justiça, os julgadores não estão obrigados a responder todas as questões e teses deduzidas em juízo, sendo suficiente que exponham os fundamentos que embasam a decisão. Incidência do enunciado 83 da Súmula deste STJ.

3. "O juízo criminal não é sede própria para se proclamarem nulidades em procedimento administrativo-fiscal que, uma vez verificadas, são capazes de fulminar o lançamento tributário em prejuízo da Fazenda Nacional. Consequentemente, não deve o juízo criminal estender sua jurisdição sobre matéria que não lhe compete (cível, no caso dos autos)". (AgRg no REsp 1169532/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 13/06/2013)

4. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a embasar o decreto condenatório, ou a ensejar a absolvição, porquanto é vedado, na via eleita, o reexame de provas, conforme disciplina o enunciado 7 da Súmula desta Corte.

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento. (EDcl no AREsp 771.666/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 2/2/2016, grifei.)

Ante o exposto, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator